

Segurança Alimentar no Contexto de uma Economia Sustentável

95

HÉLDER MUTEIA

I. INTRODUÇÃO

Quando olhamos para a história da humanidade e suas gloriosas conquistas tecnológicas e analisamos os recentes desenvolvimentos nos campos econômico, social e cultural, facilmente concluímos que não é aceitável que haja tanta gente passando fome no mundo.

O último levantamento realizado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em 2010, aponta para cerca de 925 milhões de pessoas afetadas, distribuídas por todas as regiões do mundo, incluindo países desenvolvidos. As situações mais degradantes, no entanto, estão na África Subsaariana e no Sul da Ásia, que juntos, totalizam 817 milhões. Ou seja, 88% dos casos.

Fica a clara sensação de que certas regiões do mundo e certos grupos sociais ficaram perdidos no tempo. Estão esquecidos. É como se as suas caruagens fossem desconectadas do trem, num lugar remoto da ferrovia; vulneráveis a todas as intempéries.

Uma em cada sete pessoas está em situação de fome e subnutrição; dez milhões de pessoas morrem anualmente de fome, sendo um terço crianças. Estes dados de maneira nenhuma podem orgulhar a humanidade.

Como seres sociais e inteligentes, a humanidade perde a sua dignidade quando uma parte considerável de si não tem acesso a uma alimentação digna. A alimentação não é apenas um direito, mas uma precondição do ser humano. Sem uma alimentação condigna, ficam alterados todos os padrões

psicológicos, comportamentais e sociais que caracterizam a natureza humana. Para que uma pessoa expresse todo o seu potencial genético (mental e físico) é importante que tenha uma alimentação adequada, ao longo da sua vida.

Muito recentemente, em 2000, os líderes mundiais acordaram para algumas prioridades, agrupadas em oito áreas, e designou-lhes objetivos do milênio.

O primeiro objetivo consiste em cortar pela metade o número de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza e passam fome até 2015. Contudo, neste campo específico, os resultados não são encorajadores. Estamos muito longe das metas definidas. Pelo contrário. Em vez de diminuir, o número aumentou.

Isso acontece quando as projeções de crescimento demográfico se apresentam de maneira tão assustadora. Em Outubro de 2011, alcançamos a cifra de sete bilhões de pessoas. Estima-se que em 2050, o planeta seja habitado por cerca de nove bilhões. Para acertar o passo com esse *boom* demográfico, a produção alimentar deve crescer, até 2030, 40%. E 70% até 2050. Ao mesmo tempo, cresce a tendência para a urbanização, que não só retira mão-de-obra do campo, mas também aumenta a pobreza nas cidades.

O comércio passa por um processo de dinamização, está mais globalizado; a demanda por alimentos aumenta, pressionada pelo crescimento dos países emergentes, ao mesmo tempo em que os padrões de consumo se alteram na direção de mais alimentos de origem animal, frutas, legumes e alimentos processados. A crescente demanda por rações para animais pressiona o custo dos grãos (particularmente o milho e a soja), encarecendo o preço dos alimentos em geral.

Por outro lado, alarmado pelos efeitos do aquecimento global do desmatamento e da perda de biodiversidade, o mundo começa a mobilizar-se para enfrentar os efeitos nefastos das mudanças climáticas. Um crescente debate para um desenvolvimento sustentável não apenas do ponto de vista econômico, mas também social e ambiental, domina as novas propostas de desenvolvimento.

Nos esforços de aumentar a produção alimentar para combater a fome, a agricultura é chamada a cumprir um papel exemplar, em função das suas afinidades milenares com os recursos naturais, o clima e o ambiente.

2. A FOME NO MUNDO

As causas da fome no mundo de hoje são várias. Elas se apresentam em combinações múltiplas e sua incidência varia de região para região, de

país para país, de comunidade para comunidade e de família para família. Entre as causas mais comumente debatidas, a pobreza se apresenta como o denominador comum. A mãe da fome. Outras estão ligadas à fraca produção agrícola, desigualdades sociais, desastres naturais e pragas, desertificação e crises econômicas e sociais.

No contexto africano, por exemplo, a pobreza absoluta, dos países, das famílias e indivíduos, gera não apenas a incapacidade de produzir, como também uma situação de extrema vulnerabilidade aos desastres naturais (como secas, inundações e pragas), e a alta e volatilidade dos preços que vem assolando o mercado das *commodities* agrícolas.

Um exemplo típico é a atual crise no chifre de África, que afeta 13 milhões de pessoas. Ela tem maior incidência na Somália, mas também afeta Etiópia, Quênia, Djibuti, Uganda, Sudão, Sudão do Sul e Eritreia. A situação é precedida pela maior seca dos últimos 50 anos nas regiões propensas a desertificação, com pouca infraestrutura e uma população que vive de uma agropecuária de subsistência, sem acesso a novas tecnologias e irrigação. São famílias condenadas a um acesso esporádico e desordenado ao mercado.

No sul da Ásia, em países super-populosos como a Índia, os ganhos do recente *boom* econômico, somados aos ganhos históricos da revolução verde dos anos 60 e 70, não se refletiram de igual modo em todas as camadas sociais. A ríspida estratificação social e o sistema de castas deixam as camadas mais desfavorecidas em situação de extrema pobreza, vulnerabilidade e carência alimentar.

Os conflitos políticos e sociais causam uma ruptura nos tecidos econômicos, sociais e culturais. Geram imigração em massa e desordenada, destroem as já enfraquecidas intuições tradicionais, as lideranças, os regimes e ciclos produtivos. Os valores morais e as redes de trocas comerciais se descaracterizam, a produção agrícola é afetada e a fome se torna um efeito quase inevitável.

Entre 2007 e 2008, as reservas mundiais de alimentos atingiram níveis críticos. Passados três anos, o espectro da crise de preços continua a pairar, assombrando os mercados e consumidores. Simultaneamente, levantamentos feitos recentemente pela FAO para a temporada 2010/2011, estimam uma redução na produção mundial de cereais em 1,1% e um aumento do consumo em 1,9%, o que prejudicou os esforços de recomposição das reservas.

A alta e a volatilidade de preços, por seu turno, geraram recentemente duas grandes crises em 2000 e 2008. Em 2011 as mesmas tendências se mani-

festam. A crise de 2008 foi a mais acentuada. Entre 2005 e 2008, os preços dos alimentos subiram drasticamente aos patamares mais altos dos últimos 30 anos. Por exemplo, o preço do milho aumentou, nesse período, em 70%. O do arroz aumentou 166%, quase triplicou.

Para além do denominador comum que é o alto preço dos combustíveis e os desastres naturais, a crise de 2008 trouxe a questão da utilização de cereais para biocombustíveis e o crescente interesse dos especuladores de *commodities* agrícolas no comércio internacional.

Quando os sinais da mesma crise se manifestaram em 2011, houve intensos debates sobre a necessidade ou não de se regulamentar o mercado internacional de *commodities* agrícolas. Pela primeira vez, o G-20 agendou o tema Segurança Alimentar, na sequência de compromissos anteriores de LÁquila, na Itália, em 2009. Há uma grande esperança de que o G-20 continue assumindo a liderança do processo, e que as medidas tímidas que tomou na ocasião sejam aprofundadas e materializadas.

3. PRINCIPAIS DESAFIOS PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR

O debate sobre a necessidade de garantir alimentação digna a todos os seres humanos ganhou novos contornos nos últimos 20 anos. Durante esse período, chegou-se a um consenso sobre a definição de segurança alimentar. Algo que parecia óbvio para todos, mas que era definido de maneira diferenciada, gerando alguma confusão.

Segundo o consenso mundial, “segurança alimentar existe quando todas as pessoas, em todo o tempo, têm acesso físico e econômico a uma alimentação suficiente, segura e nutritiva, para atender as suas necessidades e preferências para uma vida ativa e saudável”.

Neste período, foram ainda realizadas importantes cúpulas e reuniões de alto nível para debater o problema. Entre as quais a Cimeiras Mundiais da Alimentação, em 1996 e 2009, A aprovação dos Objetivos do Milênio pela Cúpula das Nações Unidas em 2000, a reunião do G8 em L’Aquila (2009) – que aprovou um pacote de 20 bilhões de dólares para segurança alimentar –, a Cúpula do G20, em 2010, que abordou a questão da alta e volatilidade de preços dos alimentos, e muitos outros encontros de caráter global, regional e nacional.

Em todos esses momentos de debate privilegiado, ficou claro que era importante aumentar a produção agrícola. Para que todos pudessem exercer o seu direito a alimentação, era importante garantir disponibilidade. Muitas

recomendações foram feitas na ocasião, no sentido de garantir a quem produz acesso a terra, água, tecnologia, mercado, crédito e seguro agrícolas.

Ficou ainda claro que o tema da segurança alimentar deve ser analisado em toda a sua complexidade, multidisciplinaridade e dinamismo. No passado, particularmente entre os décadas de 50 e 70, segurança alimentar era definida, essencialmente, em termos de disponibilidade de alimentos, uma função da produção. Mais tarde foi-lhe acrescentado o conceito de acesso, que é a capacidade de adquirir os alimentos, e o conceito de utilização para refletir o componente nutricional. Hoje, a análise da segurança alimentar leva em consideração outros elementos como o rendimento das pessoas, assistência médica, acesso à água potável, educação, condições de higiene e sanidade.

Entre os maiores desafios que o mundo tem de enfrentar do ponto de vista de segurança alimentar, o *boom* demográfico é certamente o mais intrigante. Não apenas porque projeções indicam um crescimento médio de 3% ao ano, mas também porque esse crescimento se dará nos países em desenvolvimento, mais vulneráveis à insegurança alimentar. Os países desenvolvidos experimentarão certa estabilização demográfica, com a particularidade de que sua população vai envelhecer um pouco mais.

Paralelamente, a questão demográfica, as mudanças climáticas e outros aspectos ambientais representam um desafio gigantesco: como aumentar a produção alimentar em 70% até 2050, sem agredir o equilíbrio ambiental, sem prejudicar os ciclos que alimentam a base de recursos que garantem a sobrevivência da Humanidade.

A tendência é que terras aráveis se tornem cada vez mais escassas. Assim, os ganhos devem verificar-se mais no aumento da produtividade e não propriamente na extensão das áreas cultivadas. Projeta-se que o limite sustentável da expansão da área sob cultivo seja de 20% até 2050. Por outro lado, o aquecimento global e as mudanças climáticas vão obrigar os agricultores a um esforço de adaptação que pode ser extremamente desgastante para camponeses mais vulneráveis.

As mudanças climáticas, segundo estudos recentes, vão ocasionar perda de biodiversidade, aumento na incidência de desastres naturais, alteração no ciclo de chuvas, inundação e salinização de áreas agrícolas. O setor familiar, predominante nos países mais pobres e vulneráveis, estará menos preparado para enfrentar novos regimes agroclimáticos, com alterações do mapa agrícola e dos ciclos de plantio.

No passado, a preocupação com sustentabilidade ambiental era menor. Uma das maiores críticas que se faz hoje à revolução verde é que ela

negligenciou as questões ambientais. Promoveu o desmatamento, a utilização de práticas de lavoura inadequada e o uso excessivo de agroquímicos. Estima-se hoje que cerca de 25% de todas as áreas cultivadas, 30% das florestas e 10% dos pastos estão sofrendo degradação. Esta tendência precisa ser revertida.

A crescente escassez de água doce é outro elemento a ser levado em consideração. Dois bilhões de pessoas não têm acesso à água potável para consumo e nem saneamento básico. Se considerarmos que 70% da água doce utilizada para consumo humano vão para agricultura, particularmente para irrigação, é natural que o custo da água vá subir. O que pode não apenas exigir maior eficiência na sua utilização para a agricultura, como também aumentar os custos da produção agrícola. Mesmo assim, a FAO projeta um aumento da utilização de água para agricultura em cerca de 11% até 2050.

O mundo está cada vez mais vulnerável à alta e volatilidade de preços.

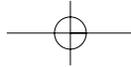
Há a crescente globalização do comércio de *commodities* agrícolas, por sua vez pressionado pelos avanços na área de comunicação e transporte. Também assistimos ao aumento da demanda de cereais para consumo humano e para consumo animal, além da utilização de cereais para a produção de bicompostíveis.

No passado, as maiores crises de alta e volatilidade de preços eram ditadas pela combinação de alguns fatores, entre os quais o preço do petróleo – com acréscimo custo de produção e transporte, e os desastres naturais de grandes proporções, que afetavam os maiores centros de produção de cereais, como aconteceu na Rússia e Paquistão.

Hoje a entrada de grandes corporações no comércio agrícola e o interesse dos especuladores por esta área de comércio aumentam a imprevisibilidade do fenômeno. Assim, oscilações e alta dos preços podem ocorrer a qualquer momento, com consequências negativas para a segurança alimentar das comunidades mais vulneráveis.

O acelerado ritmo de urbanização também vai exigir um esforço de adaptação. Simultaneamente, os padrões de consumo sofrem algumas alterações: há uma crescente procura por alimentos protéicos de origem animal, legumes, frutas e alimentos processados.

Com a imigração de mão de obra do campo para a cidade, há a necessidade de melhorar a eficiência da produção agrícola e promover tecnologias de agricultura urbana para aperfeiçoar a utilização dos recursos humanos nos centros urbanos.



4. OS CUSTOS AMBIENTAIS DA AGRICULTURA E A IMPORTÂNCIA DA SUSTENTABILIDADE



Ao longo de muito tempo se alimentou a ideia de que a agricultura só produzia benefícios. Ela era encarada como um complemento à natureza e ao ambiente. Plantar e semear representavam uma “ajuda” à natureza. Só muito recentemente, com uma compreensão maior dos mecanismos biológicos, demográficos, sociais e econômicos, o mundo ganhou consciência dos danos que a atividade agrícola pode provocar.

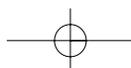
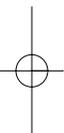
Na realidade, a agricultura, seja de pequena ou grande escala, produz externalidades negativas que merecem ser consideradas: lavouras que alteram a textura do solo, destruição por queimadas como método de desbravar terras, erosão por más práticas, degradação de solos, desmatamento, poluição, perda de biodiversidade, poluição por uso de agroquímicos, emissão de gases estufa e desperdício de água.

Se no passado as preocupações com o ambiente eram colocadas como opção, com benefícios localizados, hoje está cada vez mais claro que não existe alternativa. Os efeitos de más práticas são mais amplos do que se imaginava. Cada vez mais se impõe a necessidade de uma economia verde e de baixo carbono. Ao olharmos para o tempo e território perdidos, perguntamos se será possível recuperar as áreas degradadas e a biodiversidade perdida. Procura-se desenfreadamente por uma fórmula para estancar a tendência destruidora. Os pesquisadores são motivados a ajudar o mundo a encontrar as soluções para uma convivência mais sã com o ambiente, em propostas concretas de intensificação sustentável da produção agrícola, sistemas agrossilvipastoris e tecnologias de lavouras menos agressivas ao solo, como o plantio direto.

O mundo acordou, finalmente, para a importância da segurança ecológica, e não apenas da segurança alimentar. Como fazer o que tem de ser feito, num mundo que quer continuar a crescer demograficamente e economicamente, é o maior desafio.

O conceito de sustentabilidade ambiental foi desenvolvido muito recentemente. Inicialmente, sustentabilidade utilizava-se mais no mundo do negócio, para traduzir a sua necessidade de continuidade. Mais tarde, passou a ser aceito no quadro dos princípios e valores da natureza humana (a chamada sustentabilidade social) e, mais recentemente, à necessidade de garantir que a base de recursos naturais continue produtiva para as gerações vindouras.

A história, a antropologia e a arqueologia nos revelam que sempre houve princípios, valores e tradições em defesa da cadeia de sustentação



dos recursos naturais: a ideia de usufruir o que se tem sem prejudicar as gerações futuras e de usar somente o necessário e promover o melhor, tanto para as pessoas, como para o meio ambiente. Esses esforços, no entanto, não passavam do campo filosófico nos círculos restritos (acadêmicos, religiosos etc).

Com o acelerado desenvolvimento tecnológico, industrialização, pressão demográfica, e mais recentemente, a constatação do aquecimento global, as falhas tornaram-se mais evidentes e a preservação tornou-se uma emergência. Perante o risco de resvalar numa cadeia de destruição, a necessidade de conciliação entre as necessidades da sociedade, o crescimento econômico e a preservação ambiental tornou-se um imperativo da nossa era.

E ao analisarmos simultaneamente os imperativos da segurança alimentar e da segurança ecológica, constatamos que falta nesta equação um consenso global do uso dos recursos naturais que também garanta sustentabilidade econômica e social, de forma objetiva e prática. Sem demagogias. Não adianta dizer às populações que habitam as florestas africanas e sul-americanas que não devem desmatar ou alimentar-se da fauna selvagem se a eles não for dada uma alternativa viável de subsistência. Do mesmo modo, não adianta dizer às populações mais pobres para abandonarem seus métodos de lavoura em benefício de tecnologias mais modernas e sustentáveis se não criarmos condições para que elas tenham acesso a essas tecnologias.

Só assim será possível construir um modelo inclusivo, num grau mais elevado de desenvolvimento humano sustentável. A agricultura sustentável teria um papel a cumprir nesse conceito mais amplo, que incorpora o conceito de disponibilidade de alimento, renda, dieta, distribuição, desperdício e proteção das bases ecológica, social e econômica.

COMO ENCONTRAR CAMINHOS

Ao abordarmos os possíveis caminhos a serem trilhados para solucionar o problema da segurança alimentar, é importante partir do princípio de que não existe uma medida mágica para o problema da fome e do meio ambiente. Uma combinação de medidas de natureza econômica, social e ambiental deve ser considerada. Há medidas de caráter global, regional, nacional e local. A sua implementação deve ser diferenciada, em função de características e condições específicas.

Na procura de caminhos para o futuro, é importante evitar a armadilha da demagogia que está sempre à porta. Não devemos ter ilusões, acreditando

que todas as respostas serão encontradas no setor agrário. Sem um combate efetivo à pobreza, por exemplo, nenhuma solução será eficaz.

Como mencionado, a pobreza é a mãe da fome. A pobreza e a fome geram desespero e encorajam práticas predadoras do ambiente. O combate à pobreza deve ser feito na base de uma abordagem multisetorial, no qual, certamente, a agricultura tem um papel essencial. Afinal, a grande maioria das pessoas afetadas pela pobreza e fome está concentrada no campo e garantem o seu sustento por causa da agricultura.

Naturalmente, atenção especial deve ser dada às regiões mais atingidas: a África Subsaariana e o sul da Ásia. Elas comportam 90% da população afetada pela fome. Nestas regiões, 70% das pessoas ganham o seu sustento trabalhando em atividades agrícolas. Assim, apoiar a agricultura e fazê-las emergir da linha da subsistência deve ser uma prioridade. Ao disponibilizarmos alimentos em nível local, estaremos ajudando a aumentar a renda dessas famílias.

O combate à pobreza deve, portanto, levar em consideração a necessidade de desenvolvimento do capital humano para uma abordagem sustentável a médio e longo prazo. Neste contexto, o investimento no empoderamento das mulheres para um desenvolvimento equilibrado do gênero merece destaque.

O Estado tem um papel privilegiado. Alguns círculos de opinião são muito críticos quanto à sua intervenção em assuntos ligados à economia. Contudo, mesmo os setores mais críticos reconhecem que o Estado tem um papel importante. E essa função varia de país para país, de contexto para contexto. Um instrumento que o Estado tem em mãos é a adoção de políticas públicas para promover a produção e o acesso aos alimentos, o acesso à terra, água, tecnologia, mercado e crédito; diversificação de rendimentos – florestas e turismo. O Estado também pode promover parcerias das instituições locais, além de um novo regime institucional que favoreça a produção, o comércio e a ajuda alimentar.

Há um grande debate sobre o papel que a cooperação internacional pode desempenhar como acelerador desse processo. Os problemas relacionados à segurança alimentar e ambiente não podem mais ser encarados numa perspectiva localizada. Como um problema de uns e não de outros. Como problemas que afetam apenas certas regiões ou certas camadas sociais. Com a crescente globalização, a humanidade cresce ou diminui como um todo. O fato de termos um bilhão de pessoas passando fome e a possibilidade (real) de o mundo caminhar para um abismo ecológico não dignificam a humanidade.

Eventos recentes demonstram que a produção e o acesso aos alimentos nos países em desenvolvimento podem ser seriamente afetados por decisões e políticas dos países desenvolvidos – subsídios, políticas monetárias, fiscais, petróleo, monopólios de patentes, sementes, insumos, maquinaria, pesticidas, fertilizantes.

Como ficaram demonstrados no debate que conduziu a adoção dos objetivos do Milênio, os grandes problemas que a humanidade enfrenta hoje só poderão ser resolvidos com engajamento de todas as nações.

Os países mais desenvolvidos podem ter um papel fundamental na mobilização de recursos para os investimentos necessários. Através de organismos internacionais como a FAO, o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), o Banco Mundial, o Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD), o Programa Mundial de Alimentos (PMA) e o Banco Africano de Desenvolvimento, o mundo pode planejar intervenções coordenadas, seja no campo da produção e acesso ao alimento ou na promoção da sustentabilidade ambiental.

Uma plataforma que pode fazer grande diferença é a cooperação Sul-Sul, a cooperação horizontal. A cooperação Norte-Sul não logrou os resultados almejados por carregar certa carga paternalista e por prestar ajuda financeira sem o essencial componente tecnológico. Já os países emergentes adotam uma postura mais horizontal, baseada em compreensão e ganhos mútuos e dispõem do conhecimento necessário para resolver o problema da fome com medidas práticas.

A maior contribuição que o setor agrário pode dar virá da pesquisa. Ela pode trazer o elemento da criatividade e inovação, para uma melhor utilização dos recursos disponíveis. Com base na pesquisa podemos produzir mais e melhor nas áreas atualmente sob cultivo.

Encontraremos meios mais eficazes e menos agressivos para combater pragas. E mais, encontraremos formas de recuperar parte do que foi perdido. Mas só a pesquisa nos ajudará a compreender o complexo mundo em que vivemos e sugerir soluções para uma maior produtividade, utilização mais racional e eficiente da água, culturas mais resistentes a adversidades como a seca, o calor e a umidade. É preciso compreender o alcance das mudanças climáticas, o que elas representam para a vida no planeta e os esforços de mitigação e adaptação que devem ser adotados.

Naquilo que tem sido designado revolução verde-verde, pretende-se adotar práticas agrícolas que ajudem a preservar o clima e o ambiente. Outros falam de uma economia verde ou de baixo carbono com mais

alcance do que o setor agrícola. Na realidade, exige maior responsabilidade dos setores envolvidos em assuntos ligados a elementos essenciais da vida na terra: água, ar, solos, florestas, fauna. Não faz sentido que as grandes indústrias sejam taxadas pelas emissões de gases estufa, que os produtores e utilizadores de agro-químicos não paguem pelos problemas que ocasionam.

É necessário que haja uma obrigatoriedade em integrar a pesquisa no processo de apuração de políticas públicas e análise de políticas com implicações ambientais. Que uma plataforma de diálogo e entendimento multilateral seja criada para uma responsabilidade partilhada em nível internacional.

Tudo isso exigirá uma reforma institucional global. Maior rigor nas medidas que visam reduzir as emissões de gases estufa e mecanismos mais efetivo para impor o cumprimento dos acordos internacionais. De igual modo, os mecanismos de estímulo e compensação por boas práticas merece um tratamento mais sistematizado, transparente e abrangente. Refiro-me particularmente aos créditos de carbono, aos mecanismos de gestão ambiental do tipo REDD, REDD +, REDD ++ e similares.

No que diz respeito ao setor agrícola, são recomendadas iniciativas de Intensificação Sustentável da Produção Agrícola (ISPA), Sistemas de Plantio Direto (SPD), Recuperação de áreas degradadas, Sistemas Agrossilvipastoris, controle biológico de pestes e pragas, eficiência na irrigação e outras práticas de manejo do solo recomendáveis.

O setor deve, simultaneamente, privilegiar tecnologias sustentáveis para maior produtividade, diversificação, investimento no capital biológico e biodiversidade, pesquisa em híbridos, culturas resistentes a secas, e mecanismos práticos de extensão agrícola, integração regional e desenvolvimento de instituições rurais de apoio à produção e ao comércio.

No esforço tecnológico, importa não só gerar novas tecnologias, mas também tornar as existentes mais acessíveis para os que necessitam e promover adaptação de tecnologias às diversas realidades agro ecológicas, sociais e culturais.

Do ponto de vista sócio-comportamental, o desafio será o de reduzir o desperdício de alimentos. Isso ajudará a garantir mais disponibilidade de alimentos e assim reduzir a pressão sobre a terra.

Os biocombustíveis também representam uma área delicada. A crescente procura de fontes de energia renováveis fez com que o mundo apostasse nos bicomcombustíveis. A produção de etanol e biodiesel cresce rapidamente. Porém, dois fatores carecem de uma análise profunda: primeiro a produção de bicom-

bustíveis concorre diretamente com a produção de alimentos quando se trata de recurso de terras.

Segundo, certos alimentos, como o milho e a soja, são utilizados em alguns países para a produção de biocombustíveis, concorrendo diretamente no mercado de alimentos e pressionando os preços para cima. Sem descurar a boa intenção de recorrer a energias renováveis, é importante ter em mente que muitas vezes essa produção é subsidiada, não apenas distorcendo o mercado mas também fornecendo falsos indicadores. Se esse for um dos caminhos para resolver, ou ajudar a resolver a crise energética, convinha que fosse operada com base no princípio das vantagens comparativas e sob as regras de mercado.

Hélder Muteia · Representante da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASIAN DEVELOPMENT BANK. *Operational Plan for For Sustainable Food Security*, Manila, 2009.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATION (FAO). n. d. *Sustainable Food Security: the Role of FAO's Sustainable Department*, Rome.
- GRAZIANO DA SILVA, J. e DEL GROSSI, ME. *O novo Rural Brasileiro*. Oficina de atualização temática, Campinas, Unicamp, 1999
- SPETH, James Gustave. *Towards Sustainable Food Security*, Washington, DC, CGIAR, 1993.
- SWAMINATHAN, M.S. *Food Security and Sustainable Development*. M.S. Swaminathan Research Foundation, Taramani Institutional Area, Chennai 600 113, India, 2001